

## Resenha bibliográfica 2

### Planning and budgeting in poor countries

Caiden, Naomi, and Wildavsky, Aaron. *Planning and Budgeting in Poor Countries*. New York: John Wiley & Sons, 1974.

SIMON SCHWARTZMAN \*

Há muitos anos, pelo menos desde a II Guerra Mundial, o planejamento econômico e social vem sendo oferecido aos países menos desenvolvidos como a única forma de levá-los da situação de estagnação e dependência a um estágio superior de desenvolvimento e autonomia. A idéia de planejamento surge como oposição ao *laissez-faire*, que mantinha os países pobres obviamente à mercê de processos incontroláveis de concentração urbana, concentração social e geográfica de riqueza, aumento dos níveis de aspiração e consumo das populações, flutuações do mercado internacional de produtos primários, etc., tudo isto em um contexto de explosão demográfica e revolução tecnológica. A esta óbvia necessidade de tratar de controlar ou canalizar estes processos acrescenta-se a formação de elites civis e militares imbuídas de valores de racionalidades e eficiência, que assumem a responsabilidade da condução política e administrativa de grande parte desses países. Com esses dois ingredientes, o planejamento passa a ser presença obrigatória em quase todo o mundo subdesenvolvido, com todo seu aparato correlato de ministérios, secretarias, sistemas, bancos de dados, mecanismos de coordenação e controle, computadores. Como tem funcionado, na realidade, esta idéia, quando posta em prática?

- \* Da Financiadora de Estudos e Projetos.

Pessimamente, dizem Naomi Caiden e Aaron Wildavsky. Após cinco anos de pesquisa, com 204 entrevistas em profundidade em 12 países, tanto quanto possível representativos de 80 nações de menos de 800 dólares *per capita* de PNB, além de uso extensivo de materiais oficiais e bibliográficos de toda ordem, os autores traçam um quadro devastador do funcionamento, ou falta de funcionamento, dos sistemas de planejamento desses países. O quadro é na realidade tão sério e patético que nenhum país em desenvolvimento, ou pobre, como preferem os autores, pode dar-se ao luxo de ignorar suas análises e conclusões.

Antes de entrarmos um pouco no conteúdo do trabalho, vale a pena uma breve referência à maneira de tratar o assunto, que exclui intencionalmente duas abordagens tradicionais do problema. A primeira tem a ver com o uso do conceito de cultura, que muitas vezes surge na literatura como explicação possível para a aparente irracionalidade de certas economias e sistemas políticos e sociais. O fato, dizem, é que esses países têm certamente culturas muito diferentes, mas seu comportamento em relação aos problemas de planejamento e orçamentação tende a ser similar; como, então, tratar de explicar o que é similar pelo que é dessemelhante? Na realidade, dizem, os países pobres não têm uma cultura comum, mas compartilham a pobreza e a incerteza sobre a qual têm que atuar.

A segunda abordagem refere-se ao sistema político, ou estrutura política dos países estudados. O estudo não inclui países comunistas. Dos outros, pareceria que as diferenças de regime político, partidário, constitucional, etc., são menos importantes que as semelhanças: "as formas de planejamento e orçamentação nos países pobres são essencialmente parecidas, em parte porque copiadas dos modelos soviético, europeu e, em alguns casos, norte-americano, e em parte porque foram desenvolvidas como respostas a forças ambientais semelhantes: o governo é parte de um ambiente de incerteza e pobreza." (p. XVII).

Esta postura metodológica pode trazer alguns problemas, como veremos mais adiante. Mas, essencialmente, ela permite examinar os sistemas de planejamento e orçamentação de maneira direta e em termos de suas características e problemas mais gerais e básicos.

O primeiro problema do planejamento nos países pobres é a própria pobreza. Planejar, observam os autores, é algo difícil e complexo,

que requer recursos financeiros e humanos consideráveis. A pobreza, por outro lado, significa não somente falta de dinheiro, mas, também, de informações, experiência, tradição. O paradoxo do planejamento nos países pobres é que quanto mais eles o necessitam menos têm condições de levá-lo a cabo com eficiência, por falta de recursos apropriados. Uma característica essencial de qualquer sistema de planejamento que pretenda ser efetivo é que ele possua duplicações e redundâncias suficientes que permitam reservas de recursos, exploração simultânea de várias alternativas, segurança financeira e administrativa, sistemas de apoio ou *back-up*, etc. Essas redundâncias são caras, muitas vezes ociosas, e por isto tendem a não existir nos países mais pobres. A busca de sistemas de planejamento cada vez mais abrangentes e sistemáticos, que eliminem tanto quanto possível as duplicações e redundâncias, multiplica enormemente as possibilidades de falhas, justamente quando os sistemas a planejar são mais complexos e a necessidade de resultados, pela própria pobreza, são mais prementes. A resposta típica do planejador a esses problemas consiste em dizer que o sistema deve ser aperfeiçoado, que são necessárias mais informações, mais coordenação, mais integração, mais controle, menos duplicações. Com isto, aumenta o risco de se reforçar a máquina de planejamento a custos cada vez maiores e com eficiência sempre duvidosa. Desta forma, dizem Caiden e Wildavsky, o planejamento deixa de ser solução e passa a ser parte do problema.

O segundo problema que os países subdesenvolvidos enfrentam nessa esfera é o da incerteza, e esta é uma dificuldade particularmente aguda no que se refere ao processo de orçamentação. A ausência de uma base estatística firme, as oscilações internacionais de preço, os processos inflacionários, os fenômenos de instabilidade política, tudo isto torna extremamente difícil prever, com graus razoáveis de acurácia, o comportamento orçamentário de um determinado ano fiscal. Existem vários mecanismos usados pelas autoridades fazendárias dos países pobres para enfrentar esse problema: a subestimação sistemática da receita e a superestimação da despesa; a aprovação específica de cada despesa pelo Ministério da Fazenda, mesmo que exista previsão orçamentária prévia; a alocação de recursos de acordo com o fluxo disponível de caixa; a criação de fundos autônomos e livres do controle orçamentário; a criação de fundos especiais, que vinculam frações ou tipos de arrecadação; etc.

A conseqüência de todos esses mecanismos é que o controle efetivo dos recursos disponíveis fica ou com as autoridades fazendárias, que têm controle efetivo do fluxo de caixa que passa por suas mãos, ou com as diversas agências que controlam fundos autônomos ou especiais. “Não tem muito sentido discutir como a orçamentação pode ajudar o planejamento”, dizem os autores, “quando o orçamento não inclui uma proporção significativa dos recursos nacionais, e quando os recursos de que dispõe são tão pequenos que causam uma preocupação constante de que vão desaparecer. Prioridades estabelecidas dentro do orçamento, efeitos planejados dos gastos governamentais, tudo isto significa pouco quando podem ser alterados pelo uso de fundos que escapam ao controle central.” (p. 85).

Sujeitos a erros pela ausência de mecanismos de redundância, pressionados pelas demandas inadiáveis da pobreza, sem controle efetivo do fluxo de recursos, sujeitos a imprevistos e incertezas, os setores responsáveis pelo planejamento têm ainda uma dificuldade adicional: é que grande parte dos técnicos de planejamento nos países pobres tendem a ser economistas, que parecem ser, segundo os autores, particularmente inadequados para o tipo de função a que se propõem.

“É claro”, dizem eles, “que a racionalidade econômica depende da existência de mercados e preços. À medida que os mercados são manipulados por via administrativa, os preços deixam de representar os valores verdadeiros, ou seja, econômicos, e a teoria econômica torna-se pouco útil.” No entanto, seria exatamente pela aplicação da teoria econômica às decisões de política governamental que os economistas poderiam dar sua maior contribuição. As restrições ao *laissez-faire*, a subordinação dos objetivos estritamente econômicos a valores sociais e políticos mais gerais, que constituem a própria razão de ser do planejamento, tenderiam a impedir o livre funcionamento de mercados e mecanismos de formação de preços por processos de concorrência econômica. “Quanto menos um país se apóia em mecanismos de preço, menos o planejador-enquanto-economista tem a oferecer. Dificilmente eles poderiam maximizar valores econômicos desconhecidos e que não podem ser determinados fora dos mercados que os geraram. Assim, em um círculo vicioso, quanto mais os países se afastam dos critérios de mercado, mais eles necessitam de planejadores para proporcionar uma direção à economia, mas menos ajuda po-

dem receber dos planejadores.” (p. 282). Daí muitas vezes a insistência dos planejadores-economistas em políticas tendentes à liberalização de preços e criação de mercados — não necessariamente por imposição das necessidades do país, mas pela necessidade de não abandonar seu instrumental.

Este conjunto de problemas, e muitos outros que não caberia relatar aqui, geram uma conseqüência principal, que é a necessidade que sentem os planejadores de conseguir apoio e legitimação política para seu trabalho, mesmo à custa da eficiência inicialmente desejada. Do material estudado, os autores extraem uma série de “receitas” que permitem evitar conflito e garantir apoio: “satisfaça todo mundo”, “espalhe os benefícios o mais que puder”, “pense somente a longo prazo”, “seja vago”, “limite os participantes na formulação dos planos”, “faça o que já se fez antes”, “diga sempre que o plano foi um sucesso” . . .

Qual seria a conclusão, após todo esse ataque? A volta ao liberalismo econômico e à não intervenção do Estado na vida social, cujos males levaram, justamente, à necessidade universalmente sentida de planejamento? Mas, afinal, independentemente das eventuais dificuldades com a implementação de sistemas de planejamento, não é certo que o conhecimento é melhor do que a ignorância, que a busca de soluções é melhor do que deixar que as coisas ocorram? Quem pode ser contra a implantação progressiva de processos de previsão, coordenação e racionalização?

Seria um grande equívoco entender que os autores postulam a volta ao liberalismo extremado do século XIX, entregando os destinos à “mão invisível” dos economistas clássicos. O que eles mostram, e muito bem, é que não basta saber *o que* é preciso fazer, mas *como* fazê-lo, e em que condições. Não basta a bandeira da racionalidade, é necessário também a competência e o exame detalhado e crítico dos diversos sentidos que termos tão amplos como “racionalizar”, “coordenar”, “sistema”, etc., possuem ou ocultam. “Um caos administrativo? Coordene! Dificuldades em estabelecer prioridades? Veja o problema globalmente! Incompetência burocrática, intransigência? Racionalize! Apatia? Descentralize! Corrupção e venalidade em escalões inferiores? Centralize!” (p. 22-23)

O encaminhamento que recomendam é modesto, e talvez demasiadamente tímido. Ele consiste, basicamente, em abandonar as ten-

tativas de planejamento abrangente e multissetorial e concentrar os esforços em melhorar o processo decisório através de melhor utilização do que os autores denominam *continuous budgeting*. Essencialmente, a idéia consiste em “deixar que o processo orçamentário seja explicitamente guiado para a tomada de decisões *ad hoc* a respeito de alocação de recursos em função do que for conhecido sobre o nível de arrecadação e de gastos em um momento dado.” (p. 316). É uma estratégia essencialmente incrementalista, que parte dos níveis anteriores de gastos de cada ministério ou setor e toma decisões específicas sobre alterações marginais em relação ao principal, caso a caso. A partir desse ponto inicial, definido com toda a modéstia, seria possível ir aumentando a capacidade de exame dos gastos de diversos setores, criando uma aura de credibilidade para os órgãos de decisão, estabelecendo as linhas mestras de uma política nacional de investimentos. Desta maneira, um processo real, mas limitado, de decisões tomaria o lugar de um sistema abrangente, complexo, pretensioso, mas, essencialmente, vazio, de planejamento. Os custos seriam menores, os talentos dos planejadores melhor aproveitados e os benefícios sociais mais tangíveis.

A principal crítica que poderíamos fazer a esse estudo é metodológica, mas com profundas repercussões nas conclusões finais a que os autores chegam. Eles estão mais preocupados com as semelhanças que com as diferenças, muito mais no “ser” do planejamento nos países pobres que com sua variação. Ainda que o material apresentado mostre que diferenças existem, “o mais interessante, acreditamos, não são as diferenças, mas o notável número de similaridades, apesar das variações de riqueza, cultura e sistemas políticos.” (p. XV). Se esta postura metodológica permitiu-lhes ir ao âmago dos problemas de planejamento no mundo da pobreza, ela pouco ajudou no exame das alternativas existentes e seus correlatos. Faltou, em primeiro lugar, uma discussão mais explícita do que seria a “variável dependente”, ou seja, o planejamento. Existem planejamentos e planejamentos. Em um extremo está o *comprehensive planning*, no outro o incrementalismo, que é, sabidamente, da preferência de Aaron Wildavsky.<sup>1</sup> Entre estes, existem vários níveis de articulação e con-

<sup>1</sup> Aaron Wildavsky, *The Politics of the Budgetary Process* (Boston: Little Brown and Co., 1964).

trole. Robert Boguslaw,<sup>2</sup> por exemplo, distingue quatro níveis de abrangência e previsibilidade no planejamento, desde os sistemas fechados e abrangentes, passando por sistemas heurísticos e pela criação de unidades operacionais autônomas e terminando nos processos incrementais e de *muddling through*. Cada um destes níveis tem possibilidades, vantagens e pecados ou vícios associados. É importante notar quando se dão de forma efetiva ou perversa; como variam de um país a outro e como variam dentro de um determinado país, de área, agência e tempo a outro.

Em segundo lugar, faltou um tratamento mais sistemático das variáveis independentes. Que condições permitem o melhor ou o pior funcionamento de sistemas centralizados de planejamento? Qual a importância do tamanho ou do produto bruto do país? Quais as diferenças que ocorrem quando passamos do nível de 150 para o nível de 800 dólares *per capita*? Em que medida variáveis como centralização político-administrativa, funcionamento de sistemas eleitorais, tamanho relativo do setor privado em relação ao setor público, diversificação do sistema produtivo, etc., influem na implantação de diferentes tipos de planejamento e seu possível sucesso?

É do estudo dessas variações que pode surgir um conhecimento realmente útil dos problemas de planejamento e orçamentação em países em desenvolvimento. Todos esses países são pobres — e nesse sentido têm muito em comum — mas todos buscam, também, e por diversas vias, sair da situação em que se encontram — e aí são muito diferentes. A contribuição de Naomi Caiden e Aaron Wildavsky não deve ser minimizada, como visão crítica e penetrante dos mitos e realidades do planejamento e orçamentação em condições de escassez de recursos, mas sim entendida como o início, e não um fim do estudo de uma realidade que parece ter chegado para ficar.

<sup>2</sup> Robert Boguslaw, *The New Utopians — a Study of System Design and Social Change* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1965).



**NOTA AOS COLABORADORES DE  
"PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO"**

1. A revista só aceita matérias inéditas, tanto no País como no exterior.
2. O autor deve remeter apenas uma cópia do trabalho, endereçada ao Editor-Chefe. A revista não devolve a cópia que lhe é enviada.
3. O trabalho deve ser datilografado em espaço dois, deixando-se à esquerda de cada lauda uma margem de 3 a 4 cm. Deve-se evitar rasuras e emendas que dificultem a leitura e compreensão do texto.
4. As colaborações poderão ser submetidas sob forma de **Artigo** (desejavelmente contendo no mínimo 20 e no máximo 50 páginas), **Comunicações** (máximo de 20 páginas) e **Resenha Bibliográfica** (máximo de 15 páginas). O Corpo Editorial, todavia, reserva-se a faculdade de definir a que título e sob que forma — se como artigo, comunicação ou resenha — a matéria deve ser publicada.
5. A revista aceita originais em inglês, francês e espanhol e encarrega-se de sua versão para o português. A tradução não é revista pelo autor. Ao sair publicada a matéria, será expressamente feita a ressalva: "Tradução não revista pelo autor".
6. As colaborações não são remuneradas. Cada autor receberá, sem qualquer ônus, 50 (cinquenta) separatas do seu próprio trabalho e 5 (cinco) exemplares do número completo da revista em que saiu publicado.
7. Os trabalhos não devem incluir bibliografia. As referências bibliográficas, assim como demais notas, devem ser feitas ao pé da página.
8. Os autores devem cuidar para que as referências bibliográficas sejam completas, contendo, no caso de livros citados: autor(es), título completo, edição, local, editora, ano da publicação, número da página, série ou coleção; no caso de artigo de periódico: autor(es), título completo do artigo, título completo do periódico, local, número do volume, número do fascículo, número da página, mês e ano da publicação. Para uma orientação mais completa e detalhada, recomenda-se aos autores que consultem as especificações adotadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas no tocante a "Referência Bibliográfica".

**ASSINATURAS DE  
"PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO"**

Visando a facilitar aos leitores o recebimento automático da Revista **Pesquisa e Planejamento Econômico**, o IPEA resolveu instituir um sistema de assinaturas, válido por seis (6) números, incluindo as edições regulares e as eventuais edições especiais.

As assinaturas serão cobradas ao preço de capa da revista vigente na ocasião da assinatura e irrealizável pelos seis (6) números correspondentes.

Os assinantes de **Pesquisa e Planejamento Econômico** gozarão dos seguintes descontos na compra, diretamente ao IPEA, de outras publicações, durante o 1.º ano de validade da assinatura:

Livros editados a partir de 1975 — 20%

Livros editados entre 1973 e 1974 — 30%

Livros editados entre 1971 e 1972 — 40%

Os pedidos de assinaturas devem ser endereçados ao Serviço Editorial — Rua Melvin Jones, 5 — 28.º andar, Rio de Janeiro, acompanhados de cheque pagável na praça do Rio de Janeiro, no valor de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), em nome do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA.

---

# obras publicadas pelo ipea

---

## Relatórios de Pesquisa

- 1 — **Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil: Procedimentos e Recomendações** — Edmar Bacha e outros.
- 2 — **Exportações Dinâmicas Brasileiras** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 3 — **Eficiência e Custos das Escolas de Nível Médio: Um Estudo-Piloto na Guanabara** — Cláudio de Moura Castro.
- 4 — **Estratégia Industrial e Empresas Internacionais (Posição Relativa da América Latina e do Brasil)** — Fernando Fajnzylber.
- 5 — **Potencial de Pesquisa Tecnológica no Brasil** — Francisco A. Biato e outros.
- 6 — **A Industrialização do Nordeste — Volume I (A Economia Regional)** — David Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.
- 7 — **Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados (Análise da Experiência Brasileira)** — Fernando Fajnzylber.
- 8 — **Colonização Dirigida no Brasil: Suas Possibilidades na Região Amazônica** — Vania Porto Tavares e outros.
- 9 — **Financiamento de Projetos Industriais no Brasil** — Wilson Suzigan e outros.
- 10 — **Ensino Técnico: Desempenho e Custos** — Cláudio de Moura Castro e outros.
- 11 — **Desenvolvimento Agrícola do Nordeste** — George Patrick.
- 12 — **Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra: Uma Interpretação do Problema e seu Debate** — Edmar L. Bacha e outros.
- 13 — **Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira: Estrutura Funcional da Despesa** — Fernando Antonio Rezende da Silva.

- 14 — **Transformação da Estrutura das Exportações Brasileiras: 1964/70** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 15 — **Desenvolvimento Regional e Urbano: Diferenciais de Produtividade e Salários Industriais** — Sergio Boisier e outros.
- 16 — **Transferência de Impostos aos Estados e Municípios** — Aloísio B. Araújo e outros.
- 17 — **Pequenas e Médias Indústrias: Análise dos Problemas, Incentivos e sua Contribuição ao Desenvolvimento** — Frederico J. O. Robalinho de Barros e Rui Lyrio Modenesi.
- 18 — **Dinâmica do Setor Serviços no Brasil — Emprego e Produto** — Wanderly J. M. de Almeida e Maria da Conceição Silva.
- 19 — **Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos** — Milton da Mata, Eduardo Werneck R. de Carvalho e Maria Thereza L. L. de Castro e Silva.
- 20 — **Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste** — David Edwin Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.
- 21 — **Saúde e Previdência Social: Uma Análise Econômica** — Fernando A. Rezende da Silva e Dennis Mahar.
- 22 — **A Política Brasileira de Comércio Exterior e seus Efeitos: 1967/73** — Carlos Von Doellinger, Hugo B. de Castro Faria e Leonardo Caserta Cavalcanti.
- 23 — **Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Aspectos Setoriais e suas Implicações** — Wanderly J. Manso de Almeida.
- 24 — **Industrialização e Emprego no Brasil** — José Almeida.
- 25 — **Mão-de-Obra Industrial no Brasil: Mobilidade, Treinamento e Produtividade** — Cláudio de Moura Castro e Alberto de Mello e Souza.
- 26 — **Crescimento Industrial no Brasil: Incentivos e Desempenho Recente** — Wilson Suzigan, Regis Bonelli, Maria Helena T. T. Horta e Celsius A. Lodder.
- 27 — **Financiamento Externo e Crescimento Econômico no Brasil: 1966/73** — José Eduardo de Carvalho Pereira.
- 28 — **Tecnologia e Rentabilidade na Agricultura Brasileira** — Claudio Roberto Contador.
- 29 — **Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira** — Carlos Von Doellinger e Leonardo C. Cavalcanti.

## **Monografias**

- 1 — **População Economicamente Ativa da Guanabara** — Manoel Augusto Costa.
- 2 — **Crêterios Quantitativos para a Avalia o e Sele o de Projetos de Investimentos** — Clóvis de Faro.
- 3 — **Exporta o de Produtos Primários Não-Tradicionais (Milho, Soja, Carnes, Produtos de Madeira, Derivados de Cacau e Alimentos Processados)** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 4 — **Exporta o de Manufaturados (Máquinas-Ferramenta, Máquinas de Escritório, Derivados de Cana-de-A u ar, Produtos Siderúrgicos e Setores Potenciais)** — Carlos Von Doellinger.
- 5 — **Migra es Internas no Brasil** — Manoel Augusto Costa e outros.
- 6 — **Restri es Não-Tarifárias e seus Efeitos sobre as Exporta es Brasileiras** — Carlos Von Doellinger.
- 7 — **A Transferência de Tecnologia no Desenvolvimento Industrial do Brasil** — Nuno Fidelino de Figueiredo.
- 8 — **Planejamento Regional: Métodos e Aplica o ao Caso Brasileiro** — Carlos Maurício de C. Ferreira e outros.
- 9 — **Estudos sobre uma Região Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais** — Stahis S. Panagides e outros.
- 10 — **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira — 1889/1945** — Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan.
- 11 — **Estudos sobre uma Região Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais (II)** — Euter Paniago e outros.
- 12 — **Investimento em Educa o no Brasil: Um Estudo Sócio-Econômico de Duas Comunidades Industriais** — Cláudio de Moura Castro.
- 13 — **O Sistema Tributário e as Desigualdades Regionais: Uma Análise da Recente Controvérsia sobre o ICM** — Fernando A. Rezende da Silva e Maria da Concei o Silva.
- 14 — **O Imposto sobre a Renda e a Justiça Fiscal** — Fernando A. Rezende da Silva.
- 15 — **Aspectos Fiscais das Areas Metropolitanas** — Aloísio Barbosa de Araújo.

- 16 — **Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial** — Paulo Roberto Haddad (editor), José Alberto Magno de Carvalho, Jacques Schwartzman, Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha, Celsius A. Lodder e Martin O. Smolka.
- 17 — **Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola** — Claudio Roberto Contador (editor), G. Edward Schuch, William H. Nicholls, George F. Patrick, José Pastore e Eliseu Alves T. W. Schultz, Ruy Miller Paiva, Rodolfo Hoffmann e José F. G. da Silva, D. Gale Johnson e Alberto Veiga.
- 18 — **Estudos de Demografia Urbana** — Manoel Augusto Costa (editor), João Lyra Madeira, Equipe SERFHAU, George Martine, José Carlos Peliano, Alzira Nunes Coelho, Thomas W. Merrick e Equipe do CBED.
- 19 — **O Imposto sobre a Renda das Empresas** — Fernando Rezen-de (editor), Celso L. Martone e Claudio R. Contador.
- 20 — **Estrutura Metropolitana e Sistema de Transportes: Estudo do Caso do Rio de Janeiro** — Josef Barat.
- 21 — **Urbanização e Migração Urbana no Brasil** — Manoel Augusto Costa.

#### **Série Estudos para o Planejamento**

- 1 — **Variações Climáticas e Flutuações da Produção Agrícola do Centro-Sul do Brasil** — em equipe.
- 2 — **Aproveitamento Atual e Potencial dos Cerrados (Vol. I — Base Física e Potencialidades da Região)** — em equipe.
- 3 — **Mercado Brasileiro de Produtos Petroquímicos** — Amílcar Pereira da Silva Filho e outros.
- 4 — **A Transferência de Tecnologia no Brasil** — Francisco Almeida Biato e outros.
- 5 — **Desenvolvimento de Sistemas de Cadeias de Alimentos Frigorificados para o Brasil** — em equipe.
- 6 — **Desempenho do Setor Agrícola: Década 1960/70** — Sylvio Wanick Ribeiro.
- 7 — **Tecnologia Moderna para a Agricultura (Vol. 1 — Defensivos Vegetais)**.
- 8 — **A Indústria de Máquinas-Ferramenta no Brasil** — Franco Vidossich.

- 9 — **Perspectivas da Indústria Petroquímica no Brasil** — Amílcar Pereira da Silva Filho, Antonio Carlos da Mota Ribeiro e Francisco Almeida Biato.
- 10 — **Características e Potencialidades do Pantanal Matogrossense** — Demóstenes F. Silvestre Filho e Milton Romeu.
- 11 — **Tecnologia Moderna para a Agricultura (Vol. II — Fertilizantes Químicos).**
- 12 — **Poluição Industrial no Brasil.**

**Série Pensamento Econômico Brasileiro**

- 1 — **Estudos do Bem Comum e Economia Política, ou Ciência das Leis Naturais e Cíveis de Animar e Dirigir a Geral Indústria, e Promover a Riqueza Nacional, e Prosperidade do Estado** — José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu).

IPEA — 061-76002

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,  
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.  
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento  
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-  
nômico e Social.



CDD 330.05  
CDU 33(81) (05)

Composto e impresso  
no Centro de Serviços  
Gráficos do IBGE —  
Rio de Janeiro — RJ